

A questão dos Direitos Autorais nas Bibliotecas da Espanha



José María Nogales Herrera. Arquivista e bibliotecário com mais de 35 anos de experiência na gestão de Arquivos Municipais e bibliotecas na cidade de Alcalá de Henares . Especialista em gestão cultural e cooperação. Membro ativo das Associações Profissionais de Bibliotecários e Arquivistas. Atualmente é Vice-Presidente da ANABAD (Federação Espanhola de Associações de arquivistas , bibliotecários, arqueólogos , museólogos e Documentalistas)

RBBB: É verdade que as bibliotecas da Espanha são forçadas a pagar impostos para a circulação de material em seus acervos?

José María Nogales Herrera: Não é exatamente assim. Sim, as bibliotecas são obrigadas a pagar, mas no nosso sistema jurídico não é um imposto, pois impostos ou tributos são pagos por indivíduos para o Estado. Este pagamento responde ao conceito de taxa. Uma taxa compensatória. De qualquer forma, não estamos de acordo com ele, seja qual for o conceito.

RBBB: Por que acontece isso?

José María Nogales Herrera: Tudo se deriva do conteúdo de uma diretiva (lei própria da União Europeia) que a Espanha, enquanto Estado-Membro da UE, é obrigado a transpor na sua legislação. Acho que devemos lembrar qual é a origem desta abordagem, os países do norte da Europa são geralmente pouco povoados, conseqüentemente, eles têm poucos leitores e ainda menos criadores de quaisquer áreas artísticas (música, literatura, etc), no entanto, as autoridades culturais são obrigadas (e é natural que assim seja) a potencializar, quanto mais melhor, o uso de suas línguas nativas, mais ainda no caso de países muito colonizados, em termos linguísticos, pela literatura anglo-saxónica.

Conjuntamente, encontramos outra realidade notável, o alto nível de desenvolvimento alcançado nas bibliotecas desses países. Isso é algo que todos os profissionais das bibliotecas conhecemos e, no bom sentido, invejamos.

Como as autoridades desses países pretendiam promover criação e ajudar aos criadores, eles acordaram fazer isso por meio das bibliotecas, pagando estas um cânone aos autores nacionais, através de entidades de gestão, por cada livro emprestado.

O que está claro é que não podem ser exportados os modelos de gestão, ainda menos quando os níveis de desenvolvimento são tão díspares, como também não são iguais as condições peculiares de cada país e de cada comunidade cultural.

As condições demográficas dos nossos países são opostas as dos países nórdicos, falamos línguas nativas que falamos não estão em perigo, e as próprias literaturas encontram-se em boas condições de desenvolvimento cultural. Por isso, torna-se menos necessário apoiar esses criadores.

Como parece que este critério seria discutível, eles incorporaram uma outra visão, que seria a da "compensação". Mas também não podemos aceitar; compensa-se alguém quando causa um prejuízo ou ter obtido um benefício. As bibliotecas não causam nenhum prejuízo aos autores pelo empréstimo, ao contrário. Por outro lado, as bibliotecas não obtém nenhum benefício económico pelo empréstimo. Os que se beneficiam são os editores pelo que deveriam ser eles os que paguem o "cânone" de quaisquer forma.

RBBB: Há uma possibilidade de reverter essa situação?

José María Nogales Herrera: Perdemos as primeiras batalhas e a situação esta muito difícil, mas não perdemos a esperança. E mais, queremos avançar conjuntamente com autores.

Agora, em muitos dos nossos países os autores quando se aposentam, encontram dificuldades em receber pagamentos oriundos de aposentadoria, direitos autorais, pela participação em conferências, colaborações jornalísticas ou qualquer outra atividade. A União Europeia vai rever a sua política no outono, e nós estaremos lá.



RBBD: O que faz ANABAD ao respeito disso?

José María Nogales Herrera: Agora, pouco pode ser feito, exceto esperar pela próxima mudança de diretiva à qual nos referimos, mas a atividade foi muita desde o início. Participamos de reuniões e discussões, escrevemos na imprensa, recorremos as normativas ministeriais, apoiamos à Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP), organizamos cursos sobre direitos autorais e legislação de propriedade intelectual. Foi muita atividade e estamos dispostos a retomar a luta no próximo outono. Certamente, se fizermos isso todos unidos, melhor.

Entrevista concedida para a Presidente da FeBAB, Adriana Cybele Ferarri, em 27.07.2016

